

Fernando Resende

O jornal e o jornalista: atores sociais no espaço público contemporâneo

A comunicação torna-se a Voz única; só ela pode unificar um universo que perdeu no trajeto qualquer outro referente. Comunicuemo-nos. Comunicuemo-nos pelos instrumentos que justamente enfraqueceram a comunicação. Eis o paradoxo a que fomos lançados.

Lucien Sfez (1994)

A história do espaço público é a história da criação dos sentidos. Sua compreensão vem se reconfigurando à medida que os sentidos também sofrem revalorizações, recriam-se, permutam-se e amalgamam-se. De uma concepção praticamente física - o espaço público grego e o romano são o lugar onde o cidadão livre e o senhor feudal exercitam o poder - a uma que, de acordo com Habermas (1986), é compreendida enquanto consequência e prolongamento de relações econômicas, passa-se para uma outra de caráter mais simbólico - para Hannah Arendt (1997) o espaço público é o espaço das aparências.

Na sociedade contemporânea, principalmente para os franceses, entre eles Miège (1992), o espaço público é o que nasce das relações entre o Estado e as outras formas de poder que se articulam nessa mesma sociedade. Ele é um espaço assimétrico e fragmentado. Assimétrico, porque as novas tecnologias e os diferentes meios de comunicação ganham relevância e passam a ser o seu canal mediador. Fragmentado, porque o crescente número de agentes sociais que participam e se apoderam das técnicas da comunicação promovem o alargamento desse espaço, tornando-

o campo de atuação dos “novos” sujeitos-cidadãos. O espaço público contemporâneo, sob essa perspectiva, significa o modo como se negociam saberes e poderes, ou ainda, o modo como se articulam forças e interesses em um mundo regido pelos meios de comunicação; ele é, por tudo isso, o espaço cuja nova norma é o conflito.

No seu furor narrativo, a contemporaneidade pede, cada vez mais, que se conte histórias que ainda não foram contadas. No conflituoso espaço público contemporâneo, as vias pelas quais se pode dar o exercício da narrativa, exatamente por se fazerem múltiplas, infinitas, ressaltam a importância de se considerar o *modo* como se narra e os seus *sujeitos* narradores: é a pluralidade dos meios que nos impõe a reflexão sobre a narrativa. Na modernidade tardia, contar as histórias do mundo, além de saber contá-las, emerge de uma necessidade de compreensão do próprio mundo em que se vive.

Sob essa perspectiva, o jornalismo escrito é mais uma necessidade do homem contemporâneo de se ver narrado, de se reconhecer enquanto ator - emissor e/ou receptor - do/no mundo em que vive. Portanto, nesse espaço onde coabitam diferentes

Fernando Resende é Jornalista, Mestre em Estudos Literários (UFMG) e Doutorando em Ciências da Comunicação (USP), Pesquisador/bolsista da FAPESP.

modos narrativos e sujeitos narradores, está em redefinição tanto o lugar do jornalista quanto o do próprio jornal. O lugar de intermediador que, de certa forma, no espaço público burguês já vinha à tona, parece transfigurar-se no de negociador/mediador de sentidos. Este ensaio é uma reflexão acerca desses lugares, ele quer significar o desejo de uma prática jornalística que se faça mais adequada aos sentidos que vêm sendo criados na sociedade que está se configurando no limiar do século XXI.

Do grego ao burguês: uma breve genealogia do espaço público

Houve uma época em que os atores da comunicação faziam-se presentes em praça pública com o objetivo de discutir o que então reconhecia-se público. Eram os chamados cidadãos-livres - que tão livres eram quanto mais dominantes fossem. Esses atores faziam parte de um território comum, lugar no qual o outro - as mulheres e os escravos - não pertencia. A praça era o local onde se discutiam questões de interesse desses cidadãos (os *eleutheroi*), questões reduzidas a um espaço determinado pela relação de dominação que eles mantinham na sociedade em que estavam inseridos. O espaço público era então reduzido aos participantes dessa “comunidade”, atores de uma comunicação ainda distante de ser social, de uma comunicação cujo objetivo se restringia ao conceito de “tomar comum”, comum limitado à esfera do *koinos*, mundo dos gregos no espaço da *polis*.

A rigor, no entanto, a idéia de comunidade como conjunto de espaços ocupados pelo povo - espaços separados do privado - nasceu com o direito romano: ele veio institucionalizar a divisão entre o público e o privado. Para os romanos, o comum é constitutivo da rua, dos espaços que não eram do domínio da apropriação privada. O senhor feudal, figura legitimada a partir da disjunção

instituída pelo direito romano, era a representação do privado e, por conseguinte, aquele que proferia o discurso da coletividade. Sob a lógica romana, o senhor feudal era a voz “publicamente” reconhecida, voz que aparentemente simbolizava interesses comuns. Ainda que de uma maneira menos explícita o mesmo acontecesse na Grécia - de certo modo os cidadãos-livres estão para os gregos como os senhores feudais para os romanos - a esfera pública, a partir do direito romano, era efetivamente e paradoxalmente de domínio do particular, do privado. Os atores da comunicação apenas mudavam de roupa - deixavam o poderio moral e/ou social grego - mas continuavam sendo os detentores de algum tipo de saber - econômico, no caso romano - que lhes dava o direito e o lugar privilegiado da fala.

Somente a partir do século XV os senhores feudais, que vão adquirindo conotações negativas, passam a deixar o lugar livre para os soberanos: o castelo toma-se a representação do novo espaço. Os reis são os representantes do poder, os atores da comunicação, e o povo, mais ainda, assume a categoria de espectadores.

É mais tarde, com a consolidação da sociedade burguesa, que começa a haver uma significativa alternância de poder: o Estado passa a gerir os interesses de uma sociedade que aos poucos vai se configurando. Ele toma-se uma entidade reguladora do comércio, atividade que segue ganhando força enquanto se incrementa a necessidade de tornar público o conhecimento dos produtos disponíveis. Nesse princípio há ainda um grande controle e dependência em relação ao soberano, no entanto, o “tomar público” burguês já traz a noção de uma necessária e melhor articulação de interesses entre o Estado e o cidadão. Noção que ganha legitimidade num segundo momento, já a partir da segunda metade do século XVIII, quan-



do surge a categoria da opinião pública.

É aí que se pode falar de um grande salto na noção que se tem de espaço público: ele ganha novos atores que, em novos lugares - nos cafés, por exemplo - dão voz a opiniões e discussões muitas vezes controversas às do Estado. Ainda que estivessem longe de fazerem concretizar a necessária relação de troca, esses novos atores da comunicação, juntamente dos já conhecidos detentores do poder, contribuíam para o alargamento do chamado espaço público: ele ganha a conotação de lugar de uma possível confluência de vozes, fato que, no espaço público contemporâneo, se toma mais contundente.

É de extrema importância fazer notar que é nesse novo contexto de espaço público que surge a possibilidade de uma imprensa escrita, não só de opinião, mas também de cunho literário e artístico. Segundo Adriano Rodrigues, “[a imprensa] nasce visando assegurar simultaneamente as estratégias contraditórias tanto de imposição das regras formais de gestão da *res publica* por parte do Estado burguês como de autonomia da privacidade e da domesticidade” (1990, p.39). Fator que já a coloca, no final do século XVII, ainda que de modo precário, no lugar social de agente intermediador entre o público e o privado.

A emergente noção de um espaço em transformação: a necessária inserção de novos atores

Para Habermas (1986), contudo, é essa mesma imprensa que virá simbolizar o declínio do espaço público: ele vai se deteriorando, segundo o filósofo alemão, à medida que o jornal passa a ser controlado por interesses mercadológicos. Habermas, nesse sentido, parece chamar atenção para o fato de que o espaço público não tivesse sido ampliado, mas sim que o mercado tivesse tomado o lugar antes ocupado pelos cidadãos-livres e pelos

senhores feudais, fazendo com que os atores da comunicação continuassem sendo os mesmos de sempre, os detentores do poder. Reflexão bastante coerente com as teorias críticas da comunicação desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, da qual fazia parte o próprio Habermas.

O pensador alemão tem um papel fundamental no sentido de contribuir para que se conceba o modo como se deu a formação da sociedade burguesa e, mais ainda, para que se compreenda a (r)evolução do processo de comunicação, mais precisamente da imprensa escrita, na consolidação dessa mesma sociedade. Não há como negar a interferência do “ator” mercado no processo de produção de notícias e mesmo no modo como se articula uma sociedade da comunicação: ele, definitivamente, é parte constitutiva do processo comunicacional.

A leitura habermasiana sobre o espaço público burguês, no entanto, precisa ser resgatada sob uma ótica menos positivista. Negar a unilateralidade presente em uma leitura que dá a um único ator a função de dar sentido a um fenômeno tão rico como é o comunicacional, seria negar o próprio Habermas que, em *Teoria de la acción comunicativa*, não admite o ato comunicativo senão como constitutivo de três mundos: o sistêmico, o das normas, e o vivido. Ou seja, sendo esse ato a articulação desses três mundos, entender a imprensa escrita, ou qualquer outro modo comunicativo, em qualquer sociedade, implica uma reflexão que busque abranger, no mínimo, a constituição desses três mundos, o que não é o caso quando se fala de uma onipotência do mercado. Além disso, sob essa ótica, não poderia ter havido uma deterioração do espaço público, como foi sugerido por Habermas (1986), mas uma interferência, menos ou mais significativa, na configuração daquele espaço, por parte de um segmento da sociedade que, no

caso da burguesa, era o mercado.

Esse processo é muito mais legível nesse momento de alargamento dos conceitos que formulam o saber e de transformação desses mesmos conceitos em categorias menos rígidas, em noções que admitem a dinamicidade inerente à construção de um saber sempre em estado de porvir. A conclusão de Habermas acerca do declínio do espaço público na sociedade burguesa, portanto, não é o que move a reflexão que aqui se propõe. É, antes, o fato de que, com sua análise, podemos entrever o processo de construção de um espaço público - conceito sempre em mutação - mais confluyente. Era aquele o momento em que a opinião pública (que de toda forma é um veio do processo de recepção) passou a ser constitutiva da própria imprensa, enquanto essa mesma imprensa também se fazia constitutiva do espaço que se construía. Não há como desvincular todas essas relações sociais que se dão, concomitantemente, no espaço chamado público: ele próprio é a articulação dessas relações.

A sociedade contemporânea, de certo modo ainda como a burguesa, inegavelmente deixa-se reger pelas leis do mercado. Entretanto, se sob a luz da construção do espaço público burguês vislumbrarmos a configuração do espaço público contemporâneo também pleno de (re)arranjos sociais - entendemos a necessária inserção e consequente participação dos vários sujeitos sociais no processo de construção de uma sociedade da comunicação.

E é, mais ainda, com a Teoria da Ação Comunicativa, proposta por Habermas, que podemos elevar esses sujeitos à categoria de atores do modo como sugere Alain Touraine quando diz que “sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator” (1995, p.220). Desse modo, o objetivo neste ensaio é redimensionar o fenômeno comunicacional, resgatando e reelaborando, no espaço público

contemporâneo, as funções do jornal e do jornalista enquanto atores sociais, negociadores de sentido, tanto emissores quanto receptores. Agentes, assim como o mercado, constitutivos de um espaço sempre em transformação.

O anônimo homem moderno

A relevância dada ao mercado na sociedade capitalista, como já dizia Habermas acerca da burguesa, muito contribuiu para que a imprensa escrita, de algum modo, substituísse a linguagem mais elaborada por uma menos prosaica, mais rápida e pronta a atender as demandas de uma sociedade em crescente processo de compressão de tempo. A velocidade, na sociedade moderna, é o mote que conduz o homem a um futuro necessariamente próximo, futuro que, de preferência, aconteceria antes do ainda virtual ano 2000.

A era moderna, assim, trazia implícita a noção de um ideal de progresso: o mundo seria melhor a partir de então, todos livres e iguais poderiam construir um mundo mais fraterno e mais digno. O jornalismo, no século XX, incorpora o ideal modernista: construir o progresso, a qualquer custo, pela via da “ordem”. Ordem que, no que se refere à produção jornalística, significou normatização e compactação dos textos. O jornal, desse modo, acreditava-se, daria aos leitores - que de qualquer maneira não passavam de conglomerados de massa - o necessário para acompanhar a “evolução” do mundo: era o caráter informativo que se adequava à frenética corrida contra o tempo.

O espaço público moderno, nesse contexto, como não poderia deixar de ser, é a própria representação da modernidade: um espaço dividido em funções e em categorias valorativas, baseado na concepção de uma possível linearidade histórica na qual todo sentido parecia derivar de um processo evolutivo. Um espaço reduzido ao simples, melhor dizendo ao simplório, uma vez que os sujeitos - incluindo os



atores da comunicação - não podiam ser vistos como atores, porque eram, antes, consequências de causas outras, pois eram objetos das intenções dos que tramavam e articulavam os interesses capitalistas. O reconhecido homem moderno é o homem das massas, o homem sem rosto, um ator sem vida e, portanto, sem capacidade de ação. Daí também explica-se a concepção de uma teoria crítica da comunicação, a frankfurtiana, completamente voltada para o caráter manipulador da mídia: somente sobre indivíduos sem rosto pode-se conceber tamanho exercício de dominação.

O espaço público contemporâneo e os meios de comunicação

Colapsos econômicos, guerras, o recrudescimento das desigualdades sociais, a queda do muro de Berlim (símbolo máximo de um mundo rigidamente dividido em dois), todos fenômenos-produtos de um momento moderno, vieram contradizer a utopia de uma possível linearidade histórica, reforçando a idéia de que o mundo contemporâneo chegava apresentando relações muito mais complexas. Assim, o positivismo modernista parece ter se amalgamado a uma confluência de saberes que não mais se explica à luz de conceitos de caráter evolucionista. Hoje, não só a imprensa escrita é constitutiva de um espaço sempre em construção, mas outros vários meios narrativos compõem e recontam esse mesmo espaço.

Nesse contexto, o homem contemporâneo se faz sujeito exclusivamente pela via da ação. Nesse lugar, os atores da comunicação não só têm rostos, mas também bocas, porque bradam por todos os cantos e de todas as formas possíveis as histórias que vivem. Sob essa perspectiva, o espaço público contemporâneo é o espaço do conflito - resgatando Miège (1992) - porque é espaço de negociação entre os vários

sujeitos-narradores das histórias contemporâneas. Ele nasce das relações entre o sujeito Estado, que não é mais soberano ou absoluto, e outras várias formas subjetivas de poder: o mercado (grande vilão das sociedades burguesa e moderna), além dos comunicadores e dos próprios meios de comunicação, somente para citar algumas. O espaço público contemporâneo, assimétrico e fragmentado, nasce e sobrevive da coexistência dessas relações.

E, mais ainda, nele coabita um outro processo: o da globalização. Para Renato Ortiz (1994), este é um processo também conflituoso: a sociedade contemporânea não se faz tão-somente do que é global, mas, também, do que nela tem de local. Não há como entender globalização senão como um fenômeno que traz implícita a idéia de integração e de fragmentação: é o uno que, ao deparar-se com o coletivo, se reconhece; é o indivíduo refazendo-se nos vários eus com os quais ele encontra. Não se pode falar em local e global enquanto duas polaridades, pois na verdade forma-se uma malha onde vários pontos se interseccionam. Os econômicos parecem, pelo menos sob a ótica dos ideais do mundo capitalista desenvolvido, pontos melhor interligados. Os culturais, entretanto, reforçam a diversidade de fios com que a malha é tecida, a heterogeneidade e a pluralidade, a verdadeira concomitância entre o local e o global.

Nessa malha entretecida, o espaço público contemporâneo também se fragmenta enquanto se integra. Para Miège (1992), não há mais a concepção de um espaço público universal, há a justaposição de espaços parciais que colocam os sujeitos-cidadãos em situação de interação parcial: o local, pode-se assim dizer, entretecido no global. E nesse contexto, porque o processo é dinâmico e os fenômenos se dão em concomitância, articulam-se as identidades, reorganizam-se as massas.



Evelina Dagnino (1994), ao traçar parâmetros para se pensar acerca da emergência de uma nova noção de cidadania no mundo contemporâneo, entende a redefinição da idéia de direitos como um pressuposto na formação do novo sujeito-cidadão: a “invenção de novos direitos” e até o “direito a ter direitos” vêm a ser preceitos constitutivos do homem contemporâneo. É esse homem contemporâneo, movido também pela assimetria - fundamentalmente econômica - gerada pelo próprio processo de globalização, que vem articulando o seu lugar no mundo. É a estratégia dos excluídos, o que segundo Dagnino é um outro pressuposto para que se conceba a nova noção de cidadania, noção que vem contribuindo para o desencadeamento de uma série de movimentos sociais que significam o modo como hoje se busca o reconhecimento, movimentos organizados pelos sujeitos tomados atores, como sugere Touraine (1995).

O Movimento dos Sem-Terra, o grupo Afro-Reggae da Favela do Vigário Geral no Rio de Janeiro e as várias OnG's, além de vários outros movimentos que cada vez mais ocupam os meios de comunicação e se fazem presentes e partes da sociedade como um todo, são modos de organização que revigoram o processo de formação de cidadania. Formas que sublinham vozes de atores sociais, daqueles que de alguma maneira sempre foram excluídos do mundo. Vozes desses que, mesmo incipientes, parecem começar a entender a condição de “sujeitos políticos (...) múltiplos e heterogêneos que compartilham alguns princípios básicos sobre a participação popular, a cidadania e a construção democrática(...)”, como sugere Dagnino (1994, p. 111).

É interessante notar que são essas as mesmas vozes que também formam a chamada sociedade de massa. Alguns estudiosos, baseados nas teorias da Escola de Frankfurt, ainda

insistem na idéia de um processo de massificação e alienação da sociedade através dos meios de comunicação social. Não se trata, aqui, de refutar essa idéia. Nós, a massa, vivemos e ainda fazemos parte do processo que cria e recria mediações alienatórias. Porém, exatamente por sermos parte desse processo, torna-se impossível sermos parte exclusiva desse lugar de passividade. Sem nos compreendermos também sujeitos, tudo o que fazemos é reiterar e reforçar a falsa idéia de que em uma sociedade os fenômenos têm causa e efeito, de que um sempre justifica o outro; idéia que só encontra respaldo na concepção moderna de linearidade histórica e, por conseguinte, na noção de ordem e progresso como causadores de um mundo irrestritamente melhor.

A indústria cultural, questão central trabalhada pela teoria crítica frankfurtiana, nasce, principalmente no Brasil, junto com o ideal de progresso, um ideal cujo modelo de desenvolvimento visava, a qualquer custo, o crescimento industrial. Se esse ideal entra em colapso, cabe rever seus efeitos nos fenômenos que com ele nasceram. Mais ainda, se o local se torna global, se as culturas se mundializam, se os fios se entrelaçam e formam novos fenômenos transnacionais, se os espaços parciais tomam o lugar do universal, como não rever essa concepção moderna de um mundo dividido entre dominados e dominantes?

Gramsci (1995), com a noção de bloco hegemônico, já nos alertava para a possibilidade de que os poderes pudessem se alternar. Na modernidade tardia, o absoluto perde terreno para o imponderável, o *é* perde para o *dever*, o linear para o circular, o uno para o diverso, entre outras várias “novas” noções que reproblematicam o ato de estar no mundo. Não há nisso nenhuma relação, cumpre ressaltar, com o nihilismo muitas vezes encontrado, quando não simplesmente lido, no pensamento pós-



moderno. Há, sim, total relação com a disseminação do saber e com a reconfiguração da noção de poder de que fala Lyotard (1986).

É sob essa perspectiva que penso ser possível ressignificar o papel dos meios de comunicação na sociedade, entendendo-a como parte constitutiva deles, eles como parte dela. Ainda que não seja possível falar de uma sociedade justa construída com a ajuda dos meios de comunicação, podemos falar de uma sociedade que vem construindo discursos/atos que nela repercutem também através dos meios. É Miège quem diz que na contemporaneidade “los dispositivos de la comunicación encuentran estrategias sociales y se ven obligados a amoldarse a las relaciones sociales” (1992, p. 125). É impossível, portanto, desvincular a mudança por que vem passando a comunicação e todo o processo comunicacional do modo como vem se configurando o espaço público contemporâneo. Por isso, refletir sobre esse espaço, gerado por relações de conflito, com suas novas noções de direito e cidadania, também significa refletir sobre os novos modos que os sujeitos sociais utilizam para, nele, adquirir direitos e cidadania; e a reflexão sobre a indústria cultural não pode ficar à deriva desse projeto.

Para tanto, acredito haver vários caminhos que podem contribuir para que se compreenda a cultura industrializada como produto de um campo maior, a comunicação - fenômeno transnacional porque também ajuda a tecer a trama entre o global e o local. Faz-se necessário, por exemplo, reler os meios de comunicação, entendê-los instrumentos pelos quais se operacionaliza o processo de comunicação, aqui entendido não exclusivamente como modo de imposição de saber, mas antes, como fenômeno dinâmico através do qual os saberes transitam.

No espaço público contemporâneo, entendo que a comunicação, se verda-

deiramente vista e praticado como processo, é ‘elemento contributivo’ porque tece e desenrola os fios locais e globais; é ‘indicativo de ação’ porque, através dos meios, apresenta a trama, fazendo com que seus atores a (re)conheçam; é ‘mediador de culturas’ porque, com os meios, viabiliza a troca de conhecimentos. Nesse contexto, os meios enquanto espaço de configuração do processo, antes de serem os vilões dominadores, são parte do jogo de poder, jogo que entra em cena junto com a eclosão de novas possibilidades de negociação de sobrevidas.

Comunicação e complexidade

A reflexão sobre a Comunicação Social, dessa forma, parte do pressuposto de que tanto o veículo jornal quanto o jornalista sejam, na contemporaneidade, articuladores - concomitantes à existência de vários outros - das relações sociais que se estabelecem no espaço público contemporâneo. Contexto complexo, rico em variáveis comunicacionais que, muitas vezes, parece ter inviabilizada uma ação comunicativa integradora.

Mesmo que algo ainda maior - a Comunicação - seja o fenômeno, dinâmico por excelência, que abarca toda a atividade comunicacional (fazendo com que se tome impossível o estabelecimento de marcos iniciais), devo ressaltar que entendo o processo de comunicação como princípio gerador de significados, instante que culmina na produção e reprodução dos atos comunicativos. As Teorias da Comunicação, que há anos esboçaram modelos monolíticos estruturadores da ação comunicativa, no atual momento de eclosão de uma pluralidade de formas narrativas, precisam resgatar conceitos mais abrangentes, noções que viabilizem uma reflexão complexa, inserindo a Comunicação Social no amplo espectro das manifestações textuais que expressam a contemporaneidade.

Para tanto, há que se conceber a



comunicação em estado que não admite determinismos e que não acolhe simplificações. E sendo assim, um redimensionamento do fenômeno comunicacional requer trabalhar com a noção de *troca*, inerente à própria ação comunicativa, mas também incluir, nessa relação biunívoca, noções epistemológicas de *complexidade*. Noções abertas às ambiguidades e antagonismos, ao imprevisível, ao devir. Todo fenômeno que tenha como propósito a expressão, seja ela de cunho verbal ou não, precisa saber-se sujeito ao acaso, seja ele gerado a partir da emissão ou da recepção.

A complexidade, noção que permeia toda a obra de Edgar Morin, deve ser compreendida sob a perspectiva da crise dos fundamentos do conhecimento científico. O pensador francês, partindo dessa constatação, procura criar a base necessária para a operacionalização de um pensamento complexo. Segundo ele, na epistemologia contemporânea o interessante “é o reconhecimento, por parte de autores muito diferentes, de que há não-cientificidade no seio das teorias científicas” (s.d.;17), reflexão que muito contribui para a desdogmatização da verdade científica como valor absoluto.

Derivada da palavra *complexus*, que significa ‘tecido em rede’, a noção de complexidade para Morin (1995) permite a aceção de um mundo menos formatado em modelos que se crêem explicativos e solucionadores. Para ele, “a idéia fundamental da complexidade não é que a essência do mundo é complexa e não simples. É que esta essência é inconcebível” (s.d., p. 104). Mais do que simplesmente aceitar que se vive em um mundo complexo, segundo o autor, o que se faz necessário, para viver e apreender o mundo, é o exercício de um pensamento complexo. Tendo o conflito como pressuposto básico, esse exercício faz da convivência com o diferente a regra fundamental, fato que inviabiliza a cristalização dos saberes e dos conhecimentos.

Narradores e leitores: sujeitos da contemporaneidade

No que diz respeito à Comunicação, existe uma grande dificuldade em tratá-la como algo em acontecimento, que não se cristaliza. Refere-se a ela como tal, no entanto, estabelecem-se modelos fechados, impróprios à dinamicidade inerente a qualquer noção de processo. A rigidez imposta pelos modelos teóricos de comunicação parece justificar-se na hipótese, e na impossível tarefa, de ter o processo controlado. De fato, qualquer modelo traz em si aspectos que limitam o desenrolar de fenômenos que têm por natureza não serem estáticos. E é por ser assim que a comunicação, estruturada na visão positivista, funcionalista ou mesmo crítica de emissor => receptor, perde sua fundamental característica: a de trazer um significado sempre em estado de devir, sempre pronto a (re)significar.

Mas, se além de concebermos a comunicação de modo circular, gerada a partir de um processo biunívoco, pudermos também redimensioná-la, resgatando noções epistemológicas que dão a este fenômeno a mobilidade que já lhe é inerente, estaremos contribuindo para que a ação comunicativa readquira a propriedade de ser, antes de tudo, ação. Ou ainda, contribuimos para que o processo de comunicação seja de fato constituído por sujeitos produtores, que podem exercer os papéis, concomitantemente, de emissores e receptores, dignos de serem vozes que expressam e reformulam saberes da contemporaneidade. A comunicação e o processo em que ela se dá, desse modo, corporificam-se numa atitude muito menos teórica do que prática, refazem-se como fenômenos muito menos passíveis de serem enquadrados em um modelo, muito mais prontos a estarem em acontecimento.

Nesse quadro, a ação comunicativa, como sugere Habermas (1997), ganha



fundamental importância. Para ele, ela tem um lugar privilegiado em relação à instrumental por permitir, dentre vários outros aspectos, uma mobilização dos atores envolvidos. Habermas insere a ação comunicativa no contexto em que ela se dá e preenche-a de vida por entendê-la propulsora e propagadora do que ele chama de “mundo vivido” - *Lebenswelt*. As relações de troca entre emissor e receptor que advêm do processo comunicativo legitimam-se, com a rica noção habermasiana de ação comunicativa, como intersubjetivas, plenas de possibilidades, uma relação mais complexa do que propriamente biunívoca.

Entender o processo de comunicação como dinâmica na qual se dá a ação em si é bastante significativo. Seus elementos constitutivos, sejam eles de ordem estrutural-objetiva - a forma, o canal - ou subjetiva - a linguagem, a contextualização, os sujeitos produtores do processo - tomam-se particularidades, lugares por onde perpassam signos que dão significado à mensagem. Cada um desses lugares, visto sob essa ótica, ganha relevância e verdadeiramente atua no processo de percepção da mensagem. Processo que culminará na leitura propriamente dita, mas que é gerado, por princípio, pelos sujeitos nele envolvidos - o emissor e o receptor. Qualquer relação que se estabeleça nessas bases traz à tona a cumplicidade desses sujeitos, revelando exemplos de intersubjetividades, aspectos inerentes à ação comunicativa.

O pensamento complexo vem se somar à ação comunicativa de Habermas, fazendo com que a Comunicação ganhe contornos que legitimam seu caráter dinâmico e plural. Morin defende um caminho multifurcado. A vida - componente intrínseco às histórias que nela são tecidas - é a base do seu pensamento. Para ele, as relações são estabelecidas na complexa rede que constitui o ato de viver.

Se para Habermas a ação

comunicativa traz como pressuposto o envolvimento dos atores, para Morin, a subjetividade é tecida por fios significantes que se juntam formando novos significados a cada ponto que, para ele, não se fecha. Enfim, os dois parecem trabalhar no âmbito das intersubjetividades, ou ainda, no campo que indica os vários caminhos por que passam os atos comunicativos - produtos do processo e da ação comunicativa.

Morin (1995) defende a racionalidade que, contrária à racionalização, faz-se crítica e argumentativa. A reforma de pensamento que é por ele proposta não busca soluções totalizantes, nem conclusivas ou deterministas. Ele acredita na incerteza, no imprevisível, no acaso fundador, no imponderável como instrumentos de reflexão que ajudam a compreender a sociedade contemporânea. Ele preocupa-se com o modo como tem sido organizado o conhecimento: linear, sistemático. Modo que tem deixado o homem cego diante do que ele próprio vem criando. Para Morin, a leitura que se tem feito do mundo não apreende a complexidade do real. Como seria impossível abordar o seu pensamento em sua totalidade, tratarei de aspectos que dizem respeito mais diretamente à questão que nos concerne: repensar os atores da comunicação e inseri-los no espaço público contemporâneo.

Morin (1995), quando refere-se à noção de circularidade retroativa, coloca em evidência a impossibilidade de que se desconsidere o movimento complexo que envolve a relação emissor/receptor. Para ele, compreender o fenômeno da circularidade retroativa - explicada a partir do exemplo do funcionamento de um termostato - significa apreender que a relação causa/efeito, definitivamente, não se faz linear. É, sim, uma relação mais que dialética, diria ele dialógica, necessariamente aberta ao pluralismo, à diversidade, à junção de fenômenos/movimentos aparentemente antagônicos.



Mais ainda, para o pensador francês, essa relação é produzida por algo maior: a circularidade autoprodutiva - fenômeno que explica o fato de que produtos e efeitos sejam necessários ao produtor e ao causador. Se entendemos a relação emissor/receptor sob esse ponto de vista passamos a trabalhar com noções menos pré-estabelecidas, passamos a compreender o que significa ser a(u)tor de uma ação comunicativa, o que significa ser parte produtora de um processo de comunicação. Somos impelidos a deixar de lado noções que categorizam emissores e receptores em lugares distintos para dar a eles a mesma condição de sujeitos, produtos produtores como diria Morin, de atos comunicativos.

A reflexão sobre os antagônicos complementares em Morin (1995) pode tomar ainda mais rica a compreensão dialógica que se busca da relação emissor/receptor. Para este autor, conceitos como ordem e desordem, vistos separadamente por uma lógica de conhecimento positivista e cartesiana, precisam ser apreendidos como complementares, apesar de distintos. A complexidade do real não pode ser absorvida por processos de exclusão, diria Morin, mas pela noção de integração, movimento que dá significado menos absoluto, e no entanto mais inteiro, às relações que são estabelecidas no “mundo vivido”.

Podemos lançar mão de outras aparentes disjuntivas - razão/emoção, objetividade/subjetividade, por exemplo - e, ao entendê-las complementares, estender este modo moriniano de ler o mundo às maneiras como apresentamos o mundo que lemos: os atos comunicativos. Estes, sob esse ângulo, além de serem produzidos por sujeitos produtores, passam a ser a expressão que nasce de uma relação *a priori* ‘antagônica’, necessariamente ‘complementar’ e fundamentalmente ‘dialógica’, relação estabelecida pelos

sujeitos da ação comunicativa: o emissor e o receptor. Os dois sujeitos - voltando a Touraine, penso ser necessário marcar a palavra “sujeitos” - distinguem-se pela alteridade, qualidade que lhes é intrínseca, e complementam-se pelo próprio fato de serem a expressão do mundo que vivem. O dialógico, que desde já nasce dessa junção entre o diferente e o comum, entre o um e o outro, deriva, também, da pluralidade que constitui cada um desses sujeitos. Pluralidade que faz com que eles ocupem simultaneamente, além de vários outros lugares, o de emissor e receptor.

Se nos concebemos assim constituídos desses dois lugares, além de estarmos valorizando o sujeito enquanto agente da ação comunicativa, estamos fazendo com que a ele seja incorporado o objeto, ou vice-versa. Ou seja, passamos a lidar com a indissociabilidade dessas duas instâncias. O eu emissor/receptor concebe o mundo que o concebe, lê o mundo que vive, fala do mundo que lê. Não há uma possível dissociação nessa relação, atitude que sustenta a ciência ocidental positivista, há ambiguidades, incertezas, dialogismo, (inter)subjetividades.

Desse modo, a operacionalização da comunicação, quando verdadeiramente reflete o complexo ato de estar no mundo, demanda a compreensão de que os sujeitos contemporâneos, ao produzirem os atos comunicativos, estão também reproduzindo as visões que têm do mundo, visões essas que nascem de leituras outras. Requer mais ainda, que se compreenda que as histórias contemporâneas são multifocais, pois são tecidas a partir de pluralidades narrativas que se fazem presente no cotidiano dos seus contadores. E para que a prática não se distancie dessa realidade, faz-se necessário que a comunicação seja ao mesmo tempo a fala e a escuta, e que os atos comunicativos sejam significantes sempre prontos a ganharem signifi-



cados, seja na emissão ou na recepção. É sob essa base que os atos comunicativos - literários, jornalísticos, pictóricos, cinematográficos ou quaisquer outros - são produzidos: são os sujeitos produtos produtores dando forma ao mundo que lêem. Ou ainda, é tanto a emissão quanto a recepção se apresentando enquanto modos de ler o mundo. Ambas as atitudes partes de um mesmo processo, ambas decorrentes de uma mesma ação.

Por permitir-se ambíguo, é um difícil lugar a ser ocupado, principalmente em se tratando da comunicação que se faz em nome da objetividade, da imparcialidade e da verdade: componentes que inegavelmente obstruem o processo de comunicação em sua complexidade. O que parece, entretanto, é que esse caráter ambíguo da comunicação, paradoxalmente, é evidenciado no mesmo instante em que se depara com uma variedade infinita de lugares nos quais os fatos são narrados: é, novamente, a assimetria e a fragmentação do espaço público contemporâneo. Nesse final de século, toma-se mais transparente a noção de que, na complexidade em que são produzidos os atos comunicativos, histórias são contadas, narradas, construídas. Histórias que são relatos, fios que tecem a ação comunicativa e que nela são tecidas. Tecidas pelos sujeitos-artesãos, recriadores do real, construtores do passado, do presente ou de algo maior ainda: da contemporaneidade.

O Jornalista-leitor do mundo contemporâneo e o jornal enquanto veículo de comunicação

Morin ajuda-nos a entender que os sujeitos que narram a contemporaneidade são os mesmos que se apropriam do saber contemporâneo. Nesse lugar encontramos o jornalista, mediador social, emissor e receptor, contador de histórias do cotidiano. Na chamada era da informação, entretanto, já que o relevante é a quantidade e a rapidez com que se transmite o novo, o jornalista pode es-

tar fadado a narrar o óbvio, principalmente se tem a objetividade como princípio.

Em história, segundo Le Goff (s.d.), o problema da objetividade é o da relação entre presente e passado no discurso sobre a história. É o problema de querer narrar hoje, objetivamente, o que se deu em outro tempo. Não há como contar a história senão recontando; não há como desconsiderar o fato de que o presente é parte do que se conta sobre o passado. No jornalismo, o problema da objetividade está ligado ao fato de ser esta vinculada ao real, real enquanto sinônimo de presente, real enquanto sinônimo de verdade. O texto jornalístico é construído a partir desse pressuposto, fator que muito contribui para o empobrecimento do jornalismo enquanto ato comunicativo complexo e também processual.

Dessa forma, o jornalista não se coloca como mediador, ele assume a condição de quem pode narrar a história de um lugar distanciado, legitimando o ideal positivista de dissociar sujeito/objeto. E em consequência disso, ele acaba relatando o fato de maneira superficial, muitas vezes isolado de todos os outros que dele são decorrentes, praticando um jornalismo voltado para a mais 'pura' informação. Assim, acredita-se poder distanciar da ambigüidade e do indeterminismo que envolve o processo comunicacional; assim deixa-se de praticar comunicação. O jornalista-máquina, nesse contexto, não é emissor nem leitor, não pratica a ação comunicativa como sugere Habermas, e menos ainda consegue explorar, textualmente, a complexidade do real; é mero fantoche, boneco nas mãos de um real dissimulado.

Mas se nos atemos à noção de História como uma reconstrução do passado, do modo como sugere Le Goff, e entendemos o ato comunicativo como a maneira pela qual essas reconstruções são processadas, damos uma conotação mais abrangente, por

exemplo, às notícias de jornais. Na rede de acontecimentos na qual está imbricado o fenômeno comunicacional, o fato jornalístico, assim como o histórico, é construído, é fabricado. Aqui parece menos importante entendê-lo econômica ou politicamente construído (dado que não pode ser desconsiderado), mas é fundamental saber que ele é construído de outros fatos, outras histórias que lhe dão o lugar de notícia. Mais ainda, por serem fios que tecem a ação comunicativa - expressão do “mundo vivido” - os fatos jornalísticos não são ilhas de acontecimentos, isoladas, como parece supor o fazer jornalístico contemporâneo. São, sim, linhas contínuas que alinhavam o mundo, costura que deve contribuir para que o homem sinta-se parte e, se possível entenda, (d)o objeto que ele mesmo constrói. O fato, como o seu grande motor que é a comunicação, está em constante processo, *é em acontecência*.

Desse modo, um grande jornal seria aquele feito de palavras soltas que só ganhariam significados à medida que fossem sendo agrupadas pelo leitor - lugar ocupado por todos nós. Ao serem formadas as frases, criaríamos textos que significariam parte do real que vivemos. Seríamos nós criando as nossas histórias, imagem tão verdadeira e tão utópica! Imagem que pode exemplificar o papel de mediador social que deve ser ocupado pelo jornalista-leitor do mundo contemporâneo: homem que descreve o mundo em palavras, palavras que só viram acontecimentos, ou melhor, que só acontecem, ou que somente tomam-se fatos, quando ajuntadas pelos leitores.

Lucien Sfez (1994) chama atenção para o fato de que a mídia, assim como o receptor, está no mundo, mundo que é também constituído pela mídia e pelo receptor. Importante observação, repito, principalmente em se tratando do nosso momento atual, momento que revela variáveis - uma infinidade de

possíveis atos comunicativos - que criam significados para a vida. As notícias de jornais, sendo um dos possíveis produtos de um desses atos comunicativos, não podem ser fatos acabados. São ‘modos’ que os jornalistas usam para relatar o cotidiano. Jornalistas, leitores e contadores de histórias, atores sociais que participam do ato comunicativo do mesmo modo que participam da vida.

Passamos a ter de refletir, dessa maneira, sobre um modo diferente de produção e apropriação dos bens simbólicos. Não se produz notícias meramente a partir de interesses políticos, econômicos e/ou sociais, ou ainda, os bens simbólicos não são meros produtos à venda como pareciam fazer crer os pensadores críticos da comunicação. Lidamos hoje, no final do século XX, com uma necessidade tão quantitativamente absurda de troca de conhecimentos que criamos um grande paradoxo: é vital, ainda que sob o mote da velocidade, a existência de uma sociedade da comunicação. Nessa sociedade, a produção de bens simbólicos encontra tantas variáveis possíveis que o ato de produzir notícias implica uma reflexão: como contar ao homem as histórias contemporâneas?

O ‘como narrar’, que em tempos pós-modernos tornou-se uma das grandes questões, é a dúvida que trazemos juntos para o próximo milênio, dúvida que nasce de uma aglutinação de modos narrativos, mas que também deriva de um outro processo que, àquele, é concomitante: o da criação de um leitor enfasiado pelo excesso e que, por conseguinte, parece estar hoje à cata de um saber que lhe faça contemporâneo. É o modo de produção de bens simbólicos ganhando um novo paradigma: o do leitor. E o de apropriação dos mesmos bens impondo uma lógica pós-industrializada. Nessa circularidade, tanto o jornalista - leitor da contemporaneidade - como o jornal deixam de ser intermediários, no duro sentido de



serem simplesmente retransmissores de informações. Ambos passam a ser concebidos como sendo eles próprios emissores e receptores, partes integrantes do ato de estar no mundo.

No veículo jornal, se entendido como produto produtor, estabelece-se uma relação triádica, também integrada: ele é campo - lugar onde os fatos se apresentam enquanto expressões do saber contemporâneo - é sujeito - pois também conta e participa das histórias - e é objeto - fonte de conhecimento para os leitores do mundo. Desse modo, parece-me, acolhemos o jornal enquanto meio de comunicação e como ato comunicativo de fato, lugar em que se faz circular tanto a difusão, quanto a construção e a apropriação das mensagens.

Considerações Finais

O imbricamento da rede de saberes e o conhecimento em permanente processo de reorganização, além de serem constatações fundamentais para o exercício do pensamento complexo, são também características constitutivas do espaço público contemporâneo. Considerando a fragmentação e a assimetria como princípios derivados do conflito que rege a contemporaneidade, a operacionalização de uma epistemologia da complexidade parece vir ao encontro da premente necessidade de se compreender o mundo de maneira mais plural, fazendo uma leitura menos estruturada e formatada em um único saber ou conhecimento. Com a epistemologia da complexidade, possivelmente, fariamos uso de um pensamento regido pelo conflito que serviria de instrumento para a reflexão acerca de um espaço não menos conflituoso.

Quanto à Comunicação, se não a deslocamos desse mundo, com a ajuda de Morin e Habermas, passamos a melhor concebê-la como correlação de sentidos. Para o pensador francês é paradoxal o fato de que os meios de comunicação possam se desenvolver tanto tecnologicamente sem que se

perceba um enriquecimento da comunicação enquanto processo. Neste ensaio, ao relativizar os lugares do jornal e do jornalista, procuro uma mobilidade que parece fundamental nesse momento de rearticulação de saberes. Ambos, enquanto atores sociais, se apresentam tanto mediadores quanto provocadores das mediações, fator que viabiliza a concepção de uma comunicação ligada à prática e à construção de sentidos. Desse modo, o ato de estar no mundo parece mais pleno de possibilidades, mais digno do conflito que vem regendo a construção do novo espaço na sociedade contemporânea.

Não caberia neste trabalho, e seria inclusive incoerente, ditar normas e regras que pretendessem dizer como fazer um jornalismo que definitivamente abordasse a complexidade do real. Cabe, entretanto, à luz da reflexão que aqui se propõe, contribuir para que se dê vida à Comunicação enquanto processo dinâmico, ainda que todo o avanço tecnológico pareça encaminhar-se na direção de fazê-la menor. Nesse espaço, os sujeitos da contemporaneidade pedem voz e a Comunicação Social é o lugar possível de articulação das intersubjetividades.

Cumprе ressaltar a importância de se ter a consciência de que trabalhar com Comunicação, seja jornalismo ou não, requer a sabedoria de não saber. Requer a disponibilidade de estar constantemente em processo de construção de conhecimento; daí a fundamental e necessária consciência de se saber leitor do mundo. Desse lugar parece ser mais provável que se possa relatar as histórias do cotidiano sem a pretensão de estar falando a verdade. Desse lugar parece ser mais possível fazer com que o outro fale no jornal. Reconhecendo as vozes que lá ecoam talvez possa eu, jornalista, mediar a relação entre o outro e o mundo, sendo eu e o jornal, ao mesmo tempo, a fala e a escuta.



Bibliografia do artigo

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos - conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: Dagnino, E. (org). *Anos 90 Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FREITAG, Barbara. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. Campinas: Papyrus, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1986.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Catedra, 1997.
- LE GOFF, Jacques. “História”. In: *Enciclopédia Memória e História*. Vol I, s.d.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MIÈGE, Bernard. “El espacio público visitado de nuevo (I) e (II)”. In: Miège, B. *La sociedad conquistada por la comunicación*. Barcelona: ESRP/PPU, 1992.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Publicações Europa- América, s.d.
- _____. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RODRIGUES, Adriano D. *Estratégias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1990.
- SFEZ, Lucien. *Crítica da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.
- SOUSA, Mauro Wilton, (org) *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna - Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

